

# **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

## **REQUERIMENTO Nº      , DE 2014**

**(Do Sr. ADRIAN)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos sociais e ambientais dos portos no litoral brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para debater os impactos sociais e ambientais dos portos no litoral brasileiro. Para tanto, sugerimos convite aos representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/UFRJ e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – PROAM.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Governo brasileiro, em uma das vertentes de desenvolvimento da infraestrutura de que o País tanto precisa para manter o crescimento econômico, ampliou os investimentos em portos, tanto

modernizando os já existentes, quanto prevendo a construção de novos nodos de transporte aquaviário.

Esses investimentos, sem dúvida necessários, não podem, no entanto, deixar de considerar as alternativas locacionais para os portos a serem construídos, nem ignorar as deficiências na gestão ambiental dos portos existentes. Complexos portuários, por sua natureza, sempre estão localizados em áreas ambientalmente sensíveis. Afetam áreas de preservação permanente, unidades de conservação costeiras e corpos d'água. Nosso temor é de que as considerações logísticas e econômicas prevaleçam integralmente sobre as preocupações ambientais.

Citamos o exemplo da praia de Jaconé, no Município de Maricá, Rio de Janeiro, prestes a ser transformada em um complexo portuário e estaleiro. A obra destruirá um patrimônio inestimável para a humanidade, um conjunto de rochas que ocorrem ao longo de um quilômetro de praia e que são estudadas desde a visita do naturalista inglês Charles Darwin, em 1832. A riqueza geológica e cultural representada por essas rochas encontra-se ameaçada por um projeto de infraestrutura que bem poderia ser adaptado, modificado ou transferido para outro local, preservando-se tanto os investimentos quanto os atributos naturais da região.

Esse padrão de decisões unilaterais se repete em outros portos: de um lado, os investimentos privados e a pressão do governo federal por um rito expedito de licenciamento ambiental; de outro, órgãos ambientais enfraquecidos.

Por essa razão, desejamos ampliar a discussão sobre os investimentos em infraestrutura portuária, considerando as dimensões ambientais e sociais envolvidas.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2014.

Deputado ADRIAN